



Somente a greve cala esse chororô!

Bancos enrolam mais uma vez e não apresentam nenhuma proposta para remuneração. Bancários realizam Dia Nacional de Luta na terça (23) e podem entrar em greve a partir do dia 29

CRÉDITO: JALTON GARCIA



Almir Aguiar (terceiro, à esquerda), que participou da negociação com a Fenaban, em São Paulo, convocou os bancários do Rio para participarem de uma greve nacional forte, caso os bancos não apresentem uma proposta digna

A Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), mais uma vez, enrolou na mesa de negociação e não apresentou nenhuma proposta para os itens de remuneração, em mais uma rodada frustrante, realizada na última quinta-feira, dia 16, em São Paulo. Os banqueiros prometem propor um índice de reajuste salarial para a próxima reunião, marcada para quarta, dia 22. “Não dá mais para aturar a mesma ladainha e o mesmo chororô de todos os anos. Vamos organizar uma greve nacional forte para arrancar um acordo coletivo digno”, convoca o presidente do Sindicato do Rio, Almir Aguiar.

O Comando Nacional dos Bancários cobrou também da Fenaban propostas para a PLR, vales e piso salarial, assim como questões de saúde, assédio moral, metas abusivas, segurança e emprego. Os sindicatos deram um prazo até o dia 23 para que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal também apresentem propostas para as negociações

específicas. “Se os bancos não apresentarem uma proposta digna vamos parar já a partir do dia 29”, alerta Almir.

TÍQUETES

Em relação ao tíquete-refeição e à cesta-alimentação, os representantes dos banqueiros disseram que os atuais valores “são adequados às necessidades dos bancários”. Os bancos anunciaram que pretendem reajustá-los no mesmo índice que for acordado para os salários. “Banqueiro é tão unha-de-fome que acha que o trabalhador nem precisa comer”, critica Almir.

Em relação ao auxílio-educação e à previdência complementar, a Fenaban voltou a dizer que estes assuntos têm que ser tratados banco a banco. Quanto ao auxílio-creche, voltaram a defender a redução em um ano do prazo de pagamento. Os banqueiros rejeitaram também a proposta do 14º salário.

Paralisação parcial no Centro adverte os banqueiros



UNIDADE NACIONAL - Funcionários do Banco do Brasil e da Caixa estão unidos com os bancários do setor privado e prontos para uma greve nacional, caso os bancos mantenham sua intransigência nas negociações



O Sindicato do Rio realizou, na última sexta-feira (17), mais uma manifestação para pressionar os bancos a avançarem nas negociações. Os bancários fizeram uma paralisação parcial em unidades do Centro da Cidade. “A receptividade dos bancários à nossa atividade foi a melhor possível. Os bancários estão revoltados com a postura da Fenaban e dispostos a entrar em greve”, comenta a diretora do Sindicato Vera Luza.



12 DE OUTUBRO

Festa do Dia das Crianças



Os bancários têm até o dia 8 de outubro para inscrever seus filhos para a tradicional festa do Sindicato do Dia das Crianças, que será realizada no dia 12. É bom lembrar que só poderão participar filhos de bancários sindicalizados de 2 a 12 anos. No dia do evento será obrigatório a apresentação da carteira do plano de saúde comprovando a filiação dos inscritos. A entrada é franca, mas o Sindicato pede que os participantes levem uma lata de leite em pó, que será doada para uma creche. Mais informações pelos telefones 2103-4150/4151.

BOTEQUIM BANCÁRIO

Dia 1º de Outubro tem rock-and-roll

O próximo Botequim Bancário, que será realizado no dia 1º de outubro, vai apresentar o melhor do rock-and-roll nacional e internacional. O som ficará por conta da banda Adamantium, composta por bancários da Caixa Econômica Federal. A festa começa às 18h30, no auditório do Sindicato (Av. Pres. Vargas, 502, 21º andar). A entrada é franca.

TURISMO

Conheça Fernando de Noronha

De 11 a 19 de janeiro tem excursão do Sindicato ao arquipélago de Fernando de Noronha (PE) e Natal (RN). São praias paradisíacas e uma natureza exuberante. O pacote custa R\$3.495 por pessoa, incluindo hotel e passagem aérea. Mais informações pelos telefones 2103-41590/41521.

ENTREVISTA/JOSÉ LUÍS CAMPOS

Pressão por metas é assédio moral coletivo

O advogado José Luís Campos Xavier, da Assessoria Jurídica Sindical (AJS), fala na entrevista abaixo sobre o assédio moral, um dos temas mais importantes da campanha salarial.

Jornal Bancário - Muitas vezes um subordinado tem uma discussão com o chefe e acha que está sendo assediado. Outras vezes, está sendo assediado e não se dá conta disto. O que caracteriza o assédio moral?

José Luís Campos Xavier – O assédio moral pressupõe uma prática continuada. O assediador pratica várias ações seguidamente contra as pessoas assediadas. Uma ordem mais ríspida ou um trato inadequado numa oportunidade só não caracterizam o assédio moral.

Bancário – O assédio moral é pessoal ou institucional, uma política da empresa?

José Luís – O que percebemos nos relatos das vítimas é esta prática ser executada pelo chefe ou outro superior hierárquico. Nestes casos aparece no relacionamento entre pessoas. Mas pode existir uma política institucional onde o assédio aparece disseminado coletivamente. No entanto, nas relações interpessoais é que se verifica a maioria dos casos.

Bancário – Nos bancos os chefes pressionam os subordinados para que atendam às políticas de metas de vendas. Isto pode ser caracterizado como assédio moral institucional?

José Luís – Recentemente foi movida uma ação civil pública contra um banco que acabou condenado a pagar uma indenização por prática de assédio moral coletivo. A política dos bancos de pressão por metas cada vez maiores, geralmente inatingíveis, é institucional. É um assédio moral coletivo.



O advogado José Luís Campos disse que a pressão dos bancos sobre os bancários para tentar coibir a greve é ilegal

Bancário – O que as pessoas podem fazer para combater o assédio moral?

José Luís – Registrar os fatos: dia, hora, local, pessoas que presenciaram a pressão. E, sempre que houver a possibilidade, transmitir esta informação para o superior ou dono da empresa, denunciando que foi assediado.

Bancário – O assédio moral é crime?

José Luís – Não. Mas o Artigo 146 do Código Penal caracteriza como crime o constrangimento ilegal. Existe o projeto de lei 4.724, de 2001, que tipifica o assédio moral como crime.

Bancário – Além da ação criminal por constrangimento ilegal, que outra poderia ser movida nesses casos?

José Luís – Pode ser movida uma ação trabalhista na qual o assediado postule uma indenização por dano moral. Um bancário já ganhou uma indenização de mais de R\$ 100 mil. Há muitos casos de indenização

por dano moral por assédio. O dano é cobrado da empresa.

Bancário – O assédio é muito usado para aumentar a produtividade. Mas isto não acaba tendo um efeito contrário?

Jose Luís – É exatamente o que acontece. A produção do assediado tende a cair e ele adoce, tendo que se afastar. A empresa tem que contratar outra pessoa para substituí-lo, representando outro gasto. Estudos médicos comprovam que nos locais onde existe a prática do assédio moral, os trabalhadores têm um decréscimo expressivo na produção, proporcional à intensidade do assédio.

Bancário – Os bancários estão em campanha e, dependendo da posição dos bancos nas negociações, podem entrar em greve. Sabemos que sempre que isto acontece pode haver pressão...

José Luís - Esta pressão é ilegal. O direito de greve é garantido pela Constituição Federal. Há, inclusive, sentenças judiciais que proíbem qualquer tipo de coação aos bancários durante o período de greve.

Bancário – No BB os funcionários conseguiram que o banco formasse comitês de ética para solucionar casos de assédio moral. Os bancários, agora, tentam, na negociação com a Fenaban, garantir o mesmo nos outros bancos. O que você acha disto?

José Luís – Tudo o que for criado para combater o assédio moral é importante. Hoje tem uma lei federal que proíbe o BNDES de emprestar para empresas nas quais os dirigentes tenham sido condenados por assédio moral. Estas experiências têm que ser socializadas para que casos de assédio em determinadas empresas não se repitam em outras.

BANCÁRIO

Presidente: Almir Aguiar – Sede – Av. Pres. Vargas, 502/16º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Tel: 2103-4117 (PABX) – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – Sede Campestre - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 – Secretária de Imprensa – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável Coletivo de Imprensa: Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), Marcelo Ribeiro (Unibanco) - Editor: Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ - Redatores: José Eurides de Queiroz - Mtb 11.732 SP, Olyntho Contente - Mtb 14173/RJ - Revisor: João Luiz Pacheco - Ilustrador: Julio Mariano - Diagramadores: Marco Scalzo, Verônica Motta (Reg. 20485/120/43) e Fernando Xavier - Fotos: Nando Neves - Secretário de Imprensa: Celedon Broca – Impresso na 3 Graph (Rua Marechal Aguiar, 36-

Benfica – Telefone: 3860-0100) - Distribuição Gratuita - Tiragem: 21.000

BB não apresenta proposta e funcionalismo está mais perto da greve

Direção da empresa frustra, mais uma vez, a expectativa dos bancários



Os funcionários do Banco do Brasil estão prontos para uma greve nacional unificada, caso a direção da empresa mantenha sua intransigência nas negociações

A direção do Banco do Brasil decepcionou novamente os funcionários da empresa ao não apresentar nenhuma proposta na negociação realizada na última sexta-feira, dia 17, em São Paulo. Os representantes do banco prometeram apresentar propostas na próxima reunião marcada para o dia 23. Os sindicalistas criticaram o fato de a direção do banco descaracterizar a função pública da empresa, que, historicamente, manteve um compromisso com o desenvolvimento econômico e social do país e o bem-estar dos bancários e da sociedade.

“Os funcionários do BB exigem mais respeito nas negociações e que apresente propostas concretas. Não tenho dúvidas de que a mobilização dos bancários se intensificará caso nossos direitos e reivindicações não sejam atendidos”, afirma o diretor do Sindicato Carlos Souza, que participou da negociação.

PCCS

Em relação ao Plano de Carreiras, Cargos e Salários (PCCS), a Contraf-CUT ressaltou a importância do aumento do piso da carreira administrativa para a valorização dos funcionários. O banco oferece piso abaixo da média de entrada no mercado, o que tem causado grande insatisfação na categoria. No debate sobre carreira, os bancários reforçaram a necessidade da criação de novo sistema de seleção interna com critérios transparentes e

isentos, sem indicações de caráter pessoal, além da instalação um programa de promoção de igualdade de condições, direitos e oportunidades. “Além da questão do piso, a Comissão de Empresa deixou claro para o banco que é fundamental a incorporação das comissões para acabarmos com a política de descomissionamento, que hoje é a principal causa do assédio moral e é aplicado com critérios subjetivos que levam em conta apenas uma única avaliação semestral promovida pelo mesmo gestor que, na maioria dos casos, é o próprio assediador”, disse Carlos Souza.

JORNADA DE SEIS HORAS

Outro item importante debatido foi a jornada de seis horas para os cargos técnicos, com inclusão dos 15 minutos de descanso alimentação. O banco entende que o tema deve ser debatido após a campanha salarial. Os trabalhadores reivindicaram ainda a extensão do crescimento horizontal para todas as funções comissionadas, não se limitando apenas ao que é praticado hoje na área de gerência de módulo. Também foram pedidas a criação de um processo de incorporação de 10% das comissões por ano nos salários; a revisão do valor das comissões da gerência média; atenção especial para os comissionados nas Centrais de Atendimento (CABBs), onde se verificam alta probabilidade de problemas de saúde, desvios e desvalorização funcionais

Foram cobrados do banco, também, o retorno das substituições e o fim da lateralidade em todos os casos de substituição de gestores; a isenção de todas as tarifas e anuidades de serviços bancários; a revisão do programa de gestão da ética; e a concessão de licença-prêmio para todos. Em relação à segurança, os sindicalistas reivindicaram a suspensão imediata da retirada de portas giratórias de algumas agências. Ao não atender às nossas demandas, a direção do BB empurra o funcionalismo para a greve.

TERCEIRIZAÇÕES

A Contraf-CUT cobrou explicações para a criação de “agências complementares”, com caixas terceirizados, e a ampliação indiscriminada de correspondentes bancários. Os demais itens deste assunto serão tratados na próxima reunião.

MÍDIA ALTERNATIVA EM DEBATE

Arte e vanguarda na internet

Nesta terça-feira, dia 21, os jornalistas Luiz Carlos Azenha e Mauro Santayana debatem a importância dos blogs na imprensa alternativa do século XXI. O encontro faz parte do ciclo de debates “Arte e vanguarda na internet”. O evento, que será realizado no Centro Cultural Banco do Brasil (Rua Primeira de Março, 66, Centro), será transmitido ao vivo pela TV UOL, a partir das 18h30 (<http://tvuol.com.br>). Entrada é franca.

EDITAL ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários Financeiros do Município do Rio De Janeiro, com CNPJ sob o n.º 33.094.269/0001-33, por seu presidente abaixo assinado e no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca todos os empregados da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, da base territorial deste município, para a Assembléia Geral Extraordinária que se realizará dia 22 de setembro de 2010, às 14h30, em primeira convocação, e às 15h, em segunda convocação, no Espaço Cultural Finep (Praia do Flamengo, n.º 200 pilotis), para discussão e deliberação acerca da seguinte ordem do dia:

1. Autorizar a diretoria para realizar negociações coletivas, celebrar acordos coletivos de trabalho com a Finep, e frustradas as negociações, defender-se e/ou instaurar dissídio coletivo de trabalho, bem como delegar poderes para tanto;
2. Apreciação e deliberação da Pauta de Reivindicações dos Empregados da Finep para celebração de Acordo Coletivo de Trabalho, que irá reger as condições de trabalho de 1º de setembro de 2010 a 31 de agosto de 2011;
3. Deliberar sobre desconto a ser feito nos salários dos empregados em razão da contratação a ser realizada.

Rio de Janeiro, 21 de setembro de 2010.

*Almir Costa de Aguiar
Presidente*

Assembléia do BNDES é nesta quarta-feira

Os funcionários do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) realizam assembléia nesta quarta-feira, dia 22, às 14h30, no auditório Arino Ramos Ferreira, na Av. Chile, 100. Na pauta, a aprovação da minuta de reivindicações e a retomada das negociações

com a direção da empresa. O Sindicato solicitou à direção do banco que a primeira rodada de negociações aconteça na mesma data da assembléia e reivindicou que a comunicação entre a entidade sindical e os funcionários possa ser feita também através de correio eletrônico.

Itaú Unibanco obriga bancários a trabalhar no fim de semana

O Itaú Unibanco decidiu aumentar ainda mais a exploração sobre os funcionários. Sem nenhuma necessidade, determinou que trabalhassem, no último fim de semana, nas agências originárias do Unibanco que estão migrando para o sistema Itaú Unibanco. “A mudança de sistema poderia ser feita durante a semana, com o fechamento da agência, sem que fosse preciso deixar os funcionários, já superexplorados, sem os seus dias de descanso”, criticou a diretora do Sindicato e representante do Rio de Janeiro na Comissão de Organização dos Empregados (COE), Cida Cruz.

A decisão causou muita revolta entre os bancários. “A ganância leva



o Itaú Unibanco a tratar de forma desumana os funcionários, responsáveis pelos lucros recordes alcançados ano a ano, retirando deles os dias de lazer e descanso”, afirmou a dirigente. Acrescentou que, durante

todo o tempo, os funcionários são chamados a “colaborar para o crescimento da empresa”, mas têm seus direitos seguidamente desrespeitados mostrando que, para o Itaú, a saúde dos empregados pouco importa

SINDICATO PROTESTA

Cida Cruz entrou em contato com Carlos Sobrinho, da diretoria de Relações Sindicais do Itaú Unibanco, para protestar contra a imposição do trabalho no último fim de semana, lembrando que o banco deveria respeitar os dias de descanso. O executivo, no entanto, confirmou a convocação, ouvindo da diretora a exigência de que os direitos como horas extras, tíquetes-refeição e transporte fossem respeitados. “É o mínimo que o Itaú Unibanco pode fazer”, comentou Cida. A dirigente orienta os bancários a denunciar ao Sindicato (2103-4112/4121) caso estes direitos não sejam respeitados.

Negociação com a Caixa não avança

Resposta será participação dos empregados da empresa no Dia Nacional de Luta da categoria, nesta terça-feira (21)

Como acontece na mesa de negociações gerais com a Fenaban, também na negociação específica com a Caixa Econômica Federal tudo está emperrado. Na terceira rodada, na última sexta-feira (17/9), mais uma vez não houve avanços. Os representantes da empresa restringiram-se a dizer que só apresentarão uma proposta oficial aos dirigentes da Comissão Executiva dos Empregados (CEE) e ao Comando Nacional dos Bancários na negociação marcada para quinta-feira (23/9).

“Sem qualquer avanço, a orientação é para que os sindicatos de todo o país intensifiquem as mobilizações”, afirmou o representante do Rio de Janeiro na CEE, Ricardo Maggi, diretor da Federação dos Bancários do RJ/ES. Haverá manifestações e protestos em todos os estados nesta terça-feira, Dia Nacional de Luta.

NADA DE NOVO

Na negociação de sexta-feira os dirigentes bancários reivindicaram o fim da discriminação dos participantes do REG-Replan não saldado, sobretudo no que se refere à migração para a tabela do novo PCS e à adesão ao PFG. Os representantes da empresa reafirmaram seu entendimento de que não existe discriminação e que, sendo assim, não há o que considerar. O Comando Nacional e a CEE registraram o seu protesto.

Os sindicalistas questionaram as precarizações e terceirizações, como os correspondentes bancários na Caixa. A empresa afirmou que a política de correspondentes bancários será mantida e que um projeto de reestruturação do atendimento será criado. Quanto a uma solução das pendências relacionadas ao Complemento Temporário Variável de Ajuste de Mercado (CTVA), no âmbito da Funcef, a empresa se comprometeu a apresentar uma proposta na próxima negociação. O banco ficou, também, de avaliar as pendências judiciais trabalhistas que se acumulam na Funcef. A Caixa informou que já foi aprovada internamente a migração do pessoal do REB para o novo plano.

A reivindicação da extinção do voto de Minerva no Conselho Deliberativo e na Diretoria da Funcef, a empresa alegou ter dificuldade em atendê-la devido a entraves na legislação. Na próxima rodada, a Caixa ficou de responder se aceita a proposta do Rio de Janeiro, que consiste em garantir uma compensação automática de sete referências aos auxiliares pelo período que ficaram sem promoção, além do pagamento de indenização em espécie, a este grupo de empregados, como aconteceu com os da carreira administrativa.

Banco retira funções e reduz número de funcionários

Afastando-se cada vez mais do seu propalado objetivo de ser “o banco que acredita nas pessoas” e “a melhor empresa para se trabalhar”, a diretoria da Caixa Econômica Federal está reduzindo o número de funcionários, descomissionando e terceirizando na área de recursos humanos, de forma autoritária, sem discussão com os empregados e o movimento sindical. No RH, que sofre um problema crônico de déficit de pessoal, serão transferidos cinco funcionários, fora o descomissionamento de dois dos cinco técnicos de segurança no Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina no Trabalho (Sesmt), responsável pela saúde do trabalhador na Caixa. Além disso, foi terceirizado o setor de conferência dos pagamentos a hospitais e clínicas credenciados do Saúde Caixa. Atualmente só um médico e um enfermeiro para atender a todos os funcionários do Estado do Rio de Janeiro. A empresa contratada foi a Auditoria e Consultoria Médica (Audimed). A Caixa não explicou como ficará a situação dos empregados que antes eram responsáveis pela conferência das faturas. Esta mudança fragiliza o controle e a gestão dos pagamentos efetuados, deixando nas mãos de uma outra empresa a administração dos recursos do banco.

Para o diretor do Sindicato Paulo Matileti, a reestruturação só confirma o descaso da Caixa com a vida dos funcionários. “É esvaziando um setor como este que a Caixa quer se tornar uma das melhores empresas para se trabalhar?”, pergunta o dirigente. O sindicalista lembrou que o setor de RH é responsável pelo atendimento a 23 mil empregados (ativos e aposentados) por mês, nas áreas de saúde do trabalhador, emissão de Comunicações de Acidente de Trabalho (CATs), Saúde Caixa, fiscalização e pagamento a 2.900 credenciados, assinatura de carteiras de trabalho do funcionalismo, coordenação das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas), entre outras funções. Ele lembra que o setor deveria ter mais profissionais, principalmente na área de saúde, devido ao grande número de funcionários vítimas de doenças como as lesões por esforços repetitivos (LER-Dort) e as de cunho psicológico